

SUMÁRIO

O envolvimento dos cidadãos com vista a assegurar influência nos processos de decisão é, efectivamente, um processo essencial numa sociedade desenvolvida; mas, como qualquer mudança, gera sempre resistência.

Em Portugal, apesar de podermos falar em sinais de mudança, assiste-se, nalguns casos a uma inércia do cidadão em muitos processos. Outros há, em que a manifestação perante determinada situação não poderá ser enquadrada num verdadeiro exercício de cidadania por ser fruto da defesa de interesses particulares e, desse modo, ser mais reactiva que pró-activa. Porém, em qualquer análise do percurso da participação pública em Portugal não pode ser esquecido os cinquenta anos de autoritarismo do regime político anterior que não deixam de se fazer sentir nesta lenta consolidação de uma democracia participativa.

Assim, se é verdade que até há bem pouco tempo eram válidos os pontos de vista de que a sociedade portuguesa mantém sinais claros de um défice de participação cívica conservando-se, por outro lado, entre as autoridades locais e centrais, uma tendência marcadamente centralista, pouco aberta à interacção com os cidadãos também é verdade que este cenário, por força das contingências políticas, socio-económicas ou até mesmo culturais, dá sinais de uma evolução positiva (Vasconcelos, 2001).

Desde a década de 70 até aos nossos dias muito trabalho foi desenvolvido. Foram criadas as estruturas legais à escala nacional e europeia - sem duvida que a entrada de Portugal na União Europeia foi uma forte alavanca no processo de participação pública - assim como métodos de participação para que o cidadão se manifeste e dê os seus contributos nos processos de decisão que directamente lhe dizem respeito.

Do conjunto de medidas tomadas em prol da participação pública a Convenção de Aarhus foi, sem sombra de dúvida, um importante instrumento, na medida em que veio introduzir uma série de legislação de apoio ao cidadão e "obrigar" os responsáveis de cada país a desenvolverem medidas com este fim. As directrizes incluídas neste documento são um forte contributo para uma

tomada de consciência dos diferentes actores sociais, relativamente aos papéis que cabe a cada um desempenhar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Na análise da participação pública dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), por exemplo, é possível observar a evolução da participação dos cidadãos nos processos de decisão. Se, com rigor, não se pode deixar de afirmar que a participação é fortemente cingida a interesses particulares, nomeadamente ao nível dos apoios de praia, também é verdade que desde o POOC de Caminha - Espinho, até ao de Vilamoura -Vila Real de Santo António, houve uma evolução positiva no envolvimento dos cidadãos, em número e na forma de participação.

O estudo de caso - o Projecto Coastwatch - consolida a ideia de que os projectos de educação ambiental são um forte contributo para sensibilizar e desenvolver práticas de cidadania. As potencialidades do Coastwatch têm sido aproveitadas por diversas entidades que usam o projecto como forma de pôr em prática princípios que conduzem os participantes a participar activamente na temática do ordenamento do território em áreas costeiras. Com dezoito anos de existência, ao atingir “a maioridade”, o projecto conseguiu reestruturar-se e alargar fronteiras, num primeiro momento, até ao Brasil e em breve para outros países de expressão lusófona, como Cabo Verde, Angola e Moçambique, comprovando as potencialidades do projecto como difusor da cidadania ambiental e das práticas de participação.